

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA

ALANA SANTANA MAIA
BRUNO LEONEL FERREIRA
MIRIEL FÁBIO MELO DOS SANTOS

**CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA
INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.**

RECIFE/2024

ALANA SANTANA MAIA
BRUNO LEONEL FERREIRA
MIRIEL FÁBIO MELO DOS SANTOS

**CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA
INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro –
UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título de
Graduado em Educação Física

Professor Orientador: Jessica Gomes Gonçalves

RECIFE/2024

ALANA SANTANA MAIA
BRUNO LEONEL FERREIRA
MIRIEL FÁBIO MELO DOS SANTOS

CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.

Artigo aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Educação Física, pelo Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, por uma comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

Prof.º Titulação Nome do Professor(a)
Professor(a) Orientador(a)

Prof.º Titulação Nome do Professor(a)
Professor(a) Examinador(a)

Prof.º Titulação Nome do Professor(a)
Professor(a) Examinador(a)

Recife, ____/____/____

NOTA: _____

Dedicamos esse trabalho a nossos pais.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”
(Paulo Freire)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2.1 Educação Física Escolar Inclusiva	17
2.2. Transtorno do Espectro Autista (TEA)	18
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	21
<i>Figura 1 Fluxograma de busca dos trabalhos</i>	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25

CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.

Alana Santana Maia

Bruno Leonel Ferreira

Miriel Fábio Melo dos Santos

Jessica Gomes Gonçalves¹

Resumo: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido como um distúrbio neurobiológico do desenvolvimento, caracterizado por: Repetições mecânicas de palavras ou frases escutadas, dificuldade na manutenção ou realização de contato visual, dificuldade de comunicação e interesses restritos. Alguns professores enfrentam dificuldades para dar a atenção necessária e ministrar aulas para crianças com TEA. Devido a essa situação, essas crianças podem ser excluídas das atividades ou discriminadas pelos colegas da sala de aula. Para promover o desenvolvimento da criança, é primordial o diálogo entre escola e família, com o objetivo de fornecer um tratamento adequado na sala de aula e incentivar a criança a participar das atividades e trabalhos escolares. O objetivo deste estudo foi analisar a contribuição dos professores de Educação Física na inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar. É essencial implementar um programa de formação continuada, pois isso ajudaria a reduzir as dificuldades enfrentadas nas crianças com TEA. Realizou-se uma revisão da literatura nas bases de dados Scielo e PubMed. Como resultado, foram encontrados 5 artigos, podendo-se concluir que o tema é de grande relevância, pois a implementação da inclusão é um processo que requer tempo e esforço. No entanto, com a devida atenção, teremos professores preparados e uma melhoria no bem-estar da criança no ambiente escolar.

Palavras-chave: Crianças, Educação Física escolar, Inclusão, autismo.

1. INTRODUÇÃO

Ao ser introduzida no Brasil, a Educação Física sistematizada foi recebida por segmentos sociais com objetivos distintos: os militares e políticos visavam à

¹ Mestre em Educação Física. Docente do Departamento de Educação Física da UNIBRA. E-mail para contato: "jessica.goncalves@grupounibra.com"

manutenção da ordem estabelecida e o combate aos possíveis questionamentos ao sistema ditatorial vigente; os médicos almejavam uma formação eugênica de indivíduos considerados saudáveis; e os educadores defendiam uma associação da área à formação humana (CASTELLANI FILHO, 1992; LINHALES, 2009).

Enquanto campo de ensino superior, a implantação da Educação Física no Brasil principiou-se por cursos direcionados às modalidades esportivas e à formação de técnicos, caminhando para uma reorganização conforme sua consolidação como campo científico. Segundo Tojal (1989); Silva, Seabra Júnior e Araújo (2008) e Salerno (2014), o oferecimento da formação em nível superior de Educação Física foi, de princípio, conduzido por instituições militares sob influência de métodos europeus, seguido por uma orientação norte-americana de ênfase técnica e exaltação dos aspectos fisiológicos. Próximo à década de 1980, esses cursos passaram a se estruturar com predominância dos conhecimentos produzidos nacionalmente, por meio de um movimento renovador da Educação Física que abriu espaço para discussões abrangentes das variadas dimensões que compõem a área, como pedagógica, humana e sociocultural (CASTELLANI FILHO, 1992).

O termo "Autismo" tem origem grega, quer dizer "*autós*" ou "de si mesmo", e foi empregado dentro da psiquiatria para denominar comportamentos humanos que centralizam em si mesmos, ou seja, voltados para o próprio indivíduo (ORRU, 2012; PIMENTEL, 2013, p. 4).

O autismo é um distúrbio neurobiológico do desenvolvimento que é definido essencialmente com base em critérios clínicos, podendo ser detectado 36 meses após o nascimento, é o mais comum e o mais conhecido dos transtornos globais do desenvolvimento (TGD), afetando quatro vezes mais homens do que mulheres. Para compreender a dimensão da população com que lidamos, estudos epidemiológicos internacionais mostram que 1 em cada 160 pessoas é afetada pela TGD (EL SABBAGH, 2012).

De acordo com PIMENTEL:

Recentemente, a Lei nº 12.764/2012 - Lei Berenice Piana, estabeleceu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, prevendo o acesso a um sistema educacional inclusivo em

todos os níveis de ensino e atendimento por profissionais capacitados a desenvolver atividades com vistas à inclusão. De acordo com este novo ordenamento, o aluno com autismo tem garantido o seu direito de estar na escola e ter atendimento por profissionais preparados como preconiza a legislação (PIMENTEL, 2013, p.5-6).

Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016), existem mais de 2 milhões de pessoas com autismo no Brasil e a legislação relacionada com a inclusão progrediu nas últimas décadas, e o número de crianças com autismo nas escolas está aumentando. Resultando em professores tendo dificuldades para educar e no desenvolvimento dessas crianças com estas características peculiares (SIQUEIRA; CHICON, 2016).

O brincar pode proporcionar mais leveza, relaxamento e espontaneidade nas relações e atividades das crianças. Nesse contexto, também é enfatizado o envolvimento do professor para estimular a criança a brincar (SUPLINO, 2007 apud OLIVEIRA, 2016, p. 2).

A inclusão como um amplo processo social, tem sido observada em todo o mundo, e isso tem se concretizado desde os anos 50. Ela envolve a modificação da sociedade como um pré-requisito para que pessoas com necessidades especiais possam buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania (SASSAKI, 1997 apud. FREITAS, 2002, p. 1).

A proposta de inclusão, devido às recentes mudanças no pensamento humano, mostra uma preocupação crescente com a própria pessoa, razão pela qual se destaca a atenção especial dada aos direitos humanos. Deve recordar-se que a igualdade tem a ver com direitos humanos e não com qualidades humanas, que são fundamentalmente diferentes e devem ser compreendidas (BATISTA, 2006 apud SANINI, 2013, p.3).

Logo, o presente estudo tem como objetivo, analisar a contribuição das práticas pedagógicas da Educação Física para a promoção da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), focando nas estratégias adotadas pelos professores para fomentar a participação desses alunos no ambiente educacional

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Física Escolar Inclusiva

A Educação Física Inclusiva surge como uma resposta à necessidade de atender à diversidade de estudantes nas escolas, especialmente aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Sua implementação enfrenta desafios significativos, como a falta de formação adequada dos professores, dificuldades de adaptação dos conteúdos e estratégias pedagógicas insuficientes para garantir a participação efetiva de todos os estudantes nas atividades propostas.

OLIVEIRA (2017), analisou a prática pedagógica de uma professora de Educação Física na classe regular com uma estudante com TEA em uma escola estadual de Ensino Fundamental em Belém, Pará. Os resultados evidenciaram que as atividades nem sempre eram pensadas ou adaptadas para garantir a participação de todos os alunos. A professora entrevistada apontou que a principal dificuldade para incluir estudantes com TEA nas aulas era a falta de formação continuada para os profissionais, além da dificuldade em pensar e criar métodos de ensino que possibilitassem a plena participação desses estudantes.

CAETANO (2020), ao analisar as práticas pedagógicas de professores de Educação Física na pré-escola em uma unidade de educação infantil de Santos/SP, constatou que, embora os professores estimulassem e incentivassem as crianças na realização das atividades, as aulas continuavam com características integrativas, e não inclusivas, uma vez que os estudantes com autismo não participavam de todas as brincadeiras.

Esses estudos revelam que, apesar dos esforços dos professores, ainda existem práticas pedagógicas tradicionais que dificultam a inclusão de estudantes com TEA. No entanto, algumas abordagens têm mostrado caminhos para a inclusão efetiva desses alunos. SALLES (2018), por exemplo, utilizou atividades lúdicas em uma brinquedoteca universitária para incluir, orientar e contribuir para a autorregulação dos estudantes com TEA. A autora identificou dois movimentos

essenciais para a condução dessas atividades: adaptação e aproximação. O movimento de adaptação envolve a compreensão das características do estudante, permitindo que recursos como individualização do plano de ensino e respeito à individualidade favoreçam a inclusão. Já o movimento de aproximação foi marcado pela utilização de atividades culturais e físicas que permitiram a participação efetiva de todos os alunos, incluindo aqueles com TEA, em atividades individuais e coletivas (SALLES, 2018).

Esses resultados reforçam a necessidade de práticas pedagógicas que incluam o repensar da práxis dos professores, que muitas vezes transferem as dificuldades da inclusão para os estudantes, sem refletir sobre a necessidade de adaptar suas estratégias de ensino. A falta de formação continuada é uma lacuna importante a ser superada para garantir que os professores possam compreender os processos que envolvem a deficiência e desenvolver alternativas pedagógicas inclusivas (FIORINI; MANZINI, 2016).

2.2. Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio neurobiológico do desenvolvimento, definido essencialmente com base em critérios clínicos. Pode ser diagnosticado a partir dos 36 meses de idade, sendo o mais comum e conhecido dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), afetando quatro vezes mais homens do que mulheres. De acordo com estudos epidemiológicos internacionais, estima-se que 1 em cada 160 pessoas seja afetada por esse transtorno (EL SABBAGH, 2012).

O TEA é caracterizado por dificuldades na comunicação e no convívio social, além de comportamentos, interesses e atividades repetitivas e limitadas (FAZER, 2017). Embora o transtorno se manifeste desde a infância e persista ao longo da adolescência e vida adulta, o grau de comprometimento varia de pessoa para pessoa. Algumas pessoas com TEA podem viver de forma autônoma, enquanto outras necessitam de suporte contínuo (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Além disso, indivíduos com TEA frequentemente apresentam condições associadas, como ansiedade, depressão, epilepsia e transtorno de déficit de atenção

com hiperatividade (TDAH). O nível intelectual de pessoas com TEA é altamente variável, o que implica em abordagens personalizadas para cada caso (OPAS, 2022).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), o TEA é classificado em três níveis de gravidade, dependendo das dificuldades nas áreas de comunicação social e comportamentos restritivos e repetitivos:

- **Nível 1** - Exigindo apoio: Sem o apoio necessário, o indivíduo enfrenta dificuldades para iniciar interações sociais e responde de forma atípica, prejudicando sua interação social. A inflexibilidade comportamental interfere significativamente no funcionamento em um ou mais contextos, e a dificuldade em mudar de atividade é um obstáculo à independência.
- **Nível 2** - Exigindo apoio substancial: Apresenta sérios déficits nas capacidades de comunicação social, tanto verbal quanto não verbal. Mesmo com apoio, há dificuldades sociais e inflexibilidade comportamental. Comportamentos restritivos e repetitivos causam sofrimento e dificuldade em lidar com mudanças.
- **Nível 3** - Exigindo apoio muito substancial: Apresenta deficiências graves nas habilidades de comunicação, o que resulta em perda funcional significativa. A falta de capacidade para iniciar interações sociais e a extrema dificuldade em lidar com mudanças ou outros comportamentos repetitivos têm um impacto substancial no funcionamento do indivíduo em todas as esferas da vida (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Foi realizado um estudo de natureza qualitativa, uma vez que a pretensão não foi quantificar os dados, mas analisar os sentidos e significados. Conforme Minayo (2010), a pesquisa qualitativa:

Preocupa-se, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis

(MINAYO, 2001).

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para identificar estudos que tratam do tema investigado. Esse tipo de pesquisa foi elaborado por meio de trabalhos já executados por outros autores, cujos interesses eram os mesmos. (Gil, 2010) aponta as vantagens dessa abordagem, afirmando que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. A pesquisa bibliográfica também foi indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não houve outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários (GIL, 2010).

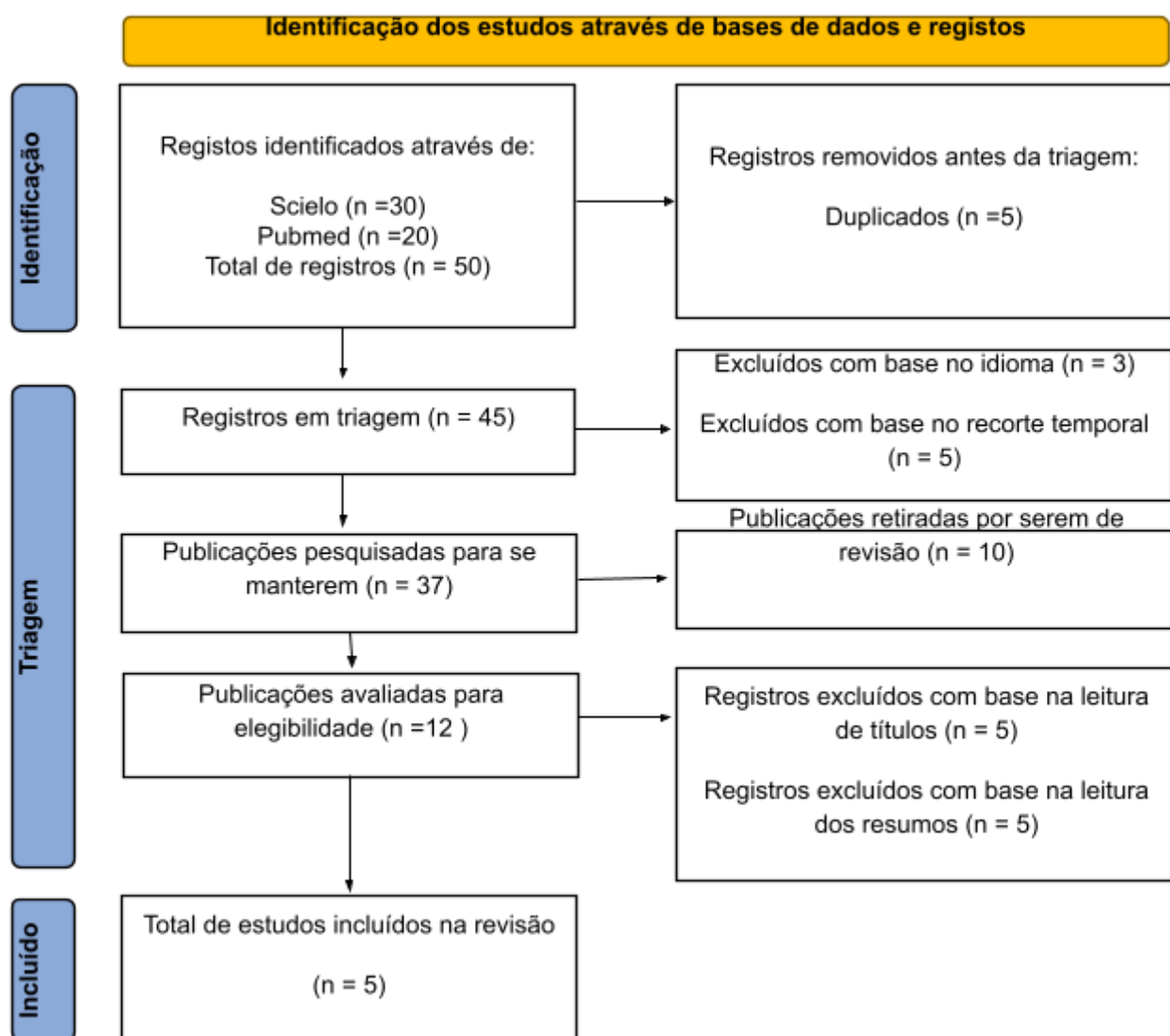
Para conhecer a produção do conhecimento acerca da contribuição da Educação Física na inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista, foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados eletrônicas SCIELO e [outras bases de dados]. Como descritores para tal busca, foram utilizados os seguintes termos: Transtorno do Espectro Autista, Inclusão Escolar, e os operadores booleanos para interligação entre eles foram: AND e OR.

Os critérios de inclusão dos artigos foram: 1) estudos publicados dentro do recorte temporal de 2010 a 2023; 2) estudos com conteúdo dentro da temática estabelecida; 3) artigos na Língua Portuguesa (ou outra língua); 4) artigos originais.

Os critérios de exclusão dos artigos foram: 1) estudos indisponíveis na íntegra; 2) estudos com erros metodológicos; 3) estudos repetidos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Figura 1 Fluxograma de busca dos trabalhos



Quadro 1: Resultados encontrados nos levantamentos bibliográficos.

AUTORES	OBJETIVOS	TIPO DE ESTUDO	POPULAÇÃO INVESTIGADA	INTERVENÇÃO	RESULTADOS
FIORINI, MANZINI. (2016)	Identificar dificuldades e sucessos em turmas inclusivas	Experimental	2 professores de Educação Física	Filmagens de aulas, categorizadas por temas	Necessidade de formação continuada para melhorar a inclusão.
WEIZENM; PEZZI; ZANON. (2018)	Investigar experiências docentes na inclusão de alunos TEA	Qualitativa	4 professoras dos anos iniciais	Entrevistas semiestruturadas	Medo inicial transformado em segurança com adaptação pedagógica.
SIMÕES; LORENZIN; GAVIOLI; et al. (2018)	Analisar práticas inclusivas na Educação Física	Investigativa	1 professora, 1 coordenadora, 1 psicóloga, 1 diretora e 21 alunos	Base teórica crítico-dialética	Inclusão efetiva com adequações nas atividades pedagógicas.
LOPES; SANTOS. (2020)	Avaliar estratégias adaptadas para promover a inclusão de alunos com TEA	Estudo de Caso	5 alunos com TEA em escolas públicas	Aplicação de atividades físicas adaptadas	Resultados mostraram maior engajamento e desenvolvimento social dos alunos com TEA.
FEITOSA, COSTA; MIRANDA. (2010)	Analisar a inclusão de alunos autistas nas aulas práticas de Educação Física	Estudo de Caso	1 aluno com TEA em escola pública	Observação do comportamento e socialização nas aulas práticas	A prática adaptada promoveu ganhos em saúde e integração social dos alunos autistas.

A análise dos estudos revisados evidencia que os professores de Educação Física enfrentam desafios consideráveis na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Um dos principais obstáculos apontados é a falta de preparação dos docentes, o que gera sentimentos de medo e insegurança. Esses sentimentos, por sua vez, estão diretamente relacionados à necessidade urgente de uma contribuição significativa da Educação Física para superar tais desafios, por meio da formação continuada e da adaptação das práticas pedagógicas.

O estudo de Fiorini e Manzini (2016) destacou a importância de compreender as dificuldades e os sucessos na prática pedagógica de professores de Educação Física em turmas regulares com alunos com deficiência e autismo. A pesquisa mostrou que, apesar das dificuldades, os professores vivenciaram momentos de sucesso nas suas abordagens pedagógicas. Essa constatação reforça a necessidade de programas de formação continuada para que os docentes possam refletir sobre suas práticas e melhorar a inclusão dos alunos com TEA.

De maneira semelhante, Weizenmann et al. (2020), investigaram as experiências de professores em relação à inclusão de alunos com TEA, focando nos sentimentos e práticas docentes. O estudo revelou que, no início, os professores sentiam medo e insegurança, mas, após um período de adaptação, esses sentimentos se transformaram em maior segurança. Essa mudança foi acompanhada de adequações pedagógicas para atender às necessidades individuais dos alunos, o que reflete a importância da flexibilidade e da personalização no processo inclusivo.

No estudo de Almeida et al. (2017), a revisão de literatura revelou que a inclusão eficaz de alunos com TEA depende de uma pedagogia sensível e adaptativa, focada nas capacidades individuais dos alunos. A pesquisa reforçou a importância de estratégias pedagógicas que considerem as especificidades de cada estudante, criando um ambiente mais inclusivo e favorável ao aprendizado.

Já o trabalho de Simões et al. (2018), analisou a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em uma escola regular privada. A pesquisa apontou que, para que a inclusão fosse efetiva, era necessário realizar

adequações no planejamento das aulas, nas atividades e nos materiais utilizados. Além disso, o estudo destacou que, ao respeitar as particularidades dos alunos, foi possível promover a participação de todos nas atividades, reforçando a necessidade de adaptações no conteúdo e no processo de ensino.

Por fim, Costa (2010), investigou o processo de inclusão de estudantes deficientes visuais nas aulas de Educação Física, destacando a falta de preparação e formação dos professores como um dos principais obstáculos para a inclusão. A pesquisa concluiu que, embora existam esforços para incluir esses alunos, o processo de inclusão na Educação Física escolar ainda encontra muitas dificuldades, o que pode resultar em um avanço lento na efetivação dessa inclusão.

Esses estudos evidenciam a necessidade urgente de formação continuada para os professores, a importância de uma pedagogia sensível e adaptativa e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitem as características e necessidades específicas de cada aluno.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um caminho que, embora repleto de desafios, mostra-se fundamental para garantir o direito à educação de forma igualitária e respeitosa. Através deste estudo, foi possível perceber o quanto a Educação Física pode contribuir nesse processo, promovendo não apenas o desenvolvimento motor, mas também a socialização, a autoestima e a participação ativa dos alunos.

Ficou evidente que o sucesso dessa inclusão depende diretamente do preparo dos professores e da sensibilidade em adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades individuais dos alunos com TEA. A formação continuada surge, nesse cenário, como uma ferramenta indispensável para que os profissionais se sintam mais seguros e capazes de atuar de forma efetiva e acolhedora.

Mais do que aplicar estratégias ou seguir normas, incluir é um ato de empatia e compromisso com o outro. É entender que cada aluno tem seu tempo, sua forma de se expressar e interagir, e que cabe à escola — especialmente à Educação Física — ser um espaço onde todos se sintam pertencentes.

Por isso, mesmo que a inclusão não ocorra de forma imediata e uniforme, é essencial que o processo continue avançando, com esforços conjuntos de professores, gestores, famílias e da comunidade escolar. Só assim poderemos construir um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde cada criança, com ou sem TEA, tenha a oportunidade de aprender, crescer e se desenvolver plenamente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. H. P. S.; MAZONI, A. R. G.; CONCEIÇÃO, V. M. Aprimorando a participação: estratégias para apoiar alunos com autismo na educação física escolar. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8972>.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 [recurso eletrônico]. 5. ed. Trad. M. I. C. Nascimento. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CAETANO, U. S. et al. Interação e comunicação de crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA) em aulas de educação física infantil. 2020.

CASTELLANI FILHO, L. Educação física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1992.

COSTA, V. B. Inclusão escolar na educação física: reflexões a cerca da formação docente. *Motriz*, Rio Claro, v. 16, n. 4, p. 889-899, 2010.

ELSABBAGH, M. et al. Global prevalence of autism and other pervasive developmental disorders. *Autism Research*, Hoboken, n. 5, p. 160-179, 11 abr. 2012.

FEITOSA, A. C. A.; COSTA, T. A. C.; MIRANDA, L. S. A inclusão de alunos autistas nas aulas práticas de educação física: um estudo de caso. *Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 7, p. 619-625, 2023.

FEZER, G. F. et al. Características perinatais de crianças com transtorno do espectro autista. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 35, p. 2, 2017.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Dificuldades e sucesso de professores de educação física em relação à inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, n. 1, p. 49-64, 2016.

FREITAS, P. S.; CIDADE, R. E. A. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. *Revista Integração*, Brasília, v. 14, 2002.

LINHALES, M. A. Militares e educadores na Associação Brasileira de Educação: circulação de interesses em torno de um projeto para a educação física nacional (1933-1935). *Educar em Revista*, v. 33, n. 1, p. 75-91, 2016.

LOPES, R. F.; SANTOS, M. P. Estratégias de adaptação para a inclusão de alunos com TEA nas aulas de educação física. *Revista Educação Física e Práticas Inclusivas*, v. 18, n. 2, p. 102-115, 2022.

OLIVEIRA, I. M.; VICTOR, S. L.; CHICON, J. F. Montando um quebra-cabeça: a criança com autismo, o brinquedo e o outro. *Revista COCAR*, Belém, v. 10, n. 20, p. 73-96, ago./dez. 2016.

OPAS: Organização Pan-Americana da Saúde. Transtorno do espectro autista. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>.

PIMENTEL, A. G. Autismo e escola: perspectiva de pais e professores. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

SANINI, C.; SIFUENTES, M.; BOSA, C. A. Competência social e autismo: o papel do contexto da brincadeira com pares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 29, p. 99-105, 2013.

SEABRA JUNIOR, L. Inclusão, necessidades especiais e educação física: considerações sobre a ação pedagógica no ambiente escolar. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SIMÕES, A. S. et al. Educação física e o trabalho educativo inclusivo. *Movimento*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 35-48, 2018.

SIQUEIRA, M. F.; CHICON, J. F. Educação física, autismo e inclusão: ressignificando a prática pedagógica. 1. ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2016.

TOJAL, J. B. A. G. Currículo de graduação em educação física. Campinas: Edunicamp, 1989.